

HABEAS CORPUS Nº 548.694 - SP (2019/0357218-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : CLAUDIO ALVARENGA DA SILVA
ADVOGADO : CLÁUDIO ALVARENGA DA SILVA - SP286067
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NATAN HENRIQUE MACHADO QUARESMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de NATAN HENRIQUE MACHADO QUARESMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2225899-21.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 24/08/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, em razão da apreensão de 557,47g de maconha e 45,99g de cocaína. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (fls. 32-33):

"PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONVERSÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO EM PRISÃO PREVENTIVA.

Pretendida revogação da prisão preventiva por ausência dos requisitos legais ou aplicação de medidas cautelares diversas. Descabimento.

A decretação da medida cautelar foi legítima, haja vista presentes os requisitos legais para tanto. Existe, ainda, vedação expressa à concessão de Liberdade Provisória. Art. 44 da Lei nº 11.343/06. Declaração de inconstitucionalidade do dispositivo pelo C. STF, em controle incidental, que não tem força vinculante. Ausência de Resolução do Senado Federal. Precedente desta C. Câmara.

Verificação, de qualquer maneira, de requisitos legais exigidos para a medida extrema.

Presença do 'fumus comissi delicti' (fumaça possibilidade da ocorrência de delito) e do 'periculum libertatis' (perigo que decorre da liberdade do acusado). Paciente detido, após um transeunte informar aos policiais a prática de tráfico, sendo apreendida em sua residência grande quantidade de drogas, de natureza diversa, inclusive de alto poder deletério (09 porções de maconha, com peso aproximado de

537,38 gramas e 02 porções de cocaína, com peso bruto aproximado de 39,39 gramas), indicando, pelo existente, dedicação ao odioso comércio, destacando, assim, sua periculosidade, com necessidade de se garantir a ordem pública com o encarceramento provisório, não surgindo suficiente outra medida cautelar diversa. Decisão de conversão que se limita a verificar a viabilidade da manutenção da prisão, com observação da gravidade da conduta e periculosidade presumida do agente, de acordo com a necessidade da garantia da ordem pública, afastando, como possível, concessão de liberdade provisória. Constrangimento ilegal não configurado.

Ordem denegada."

No presente *writ*, a Parte Impetrante sustenta que não houve fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar e que não estão presentes os requisitos para a decretação da custódia preventiva do Paciente.

Aduz que o Juízo de primeiro grau não mencionou "*por quais razões a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares (art. 319 do CPP) não seria suficiente para a preservação da ordem pública*" (fl. 6).

Argumenta que "*os interesses sociais não podem servir de animus para manter o paciente custodiado*" (fl. 11).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, ainda que lhe sejam impostas as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório inicial.

Decido.

No caso, não se constata ilegalidade patente que enseje a concessão da medida urgente requerida.

Na espécie, o Tribunal estadual consignou (fls. 44-45):

"E, consoante verificado dos autos, na espécie, a medida foi decretada, adequadamente motivada, para a garantia da ordem pública (fls.36/38, dos autos principais), concluindo-se, portanto, que, independentemente do entendimento acima colocado, a presença de requisitos legais a legitimava, especialmente pelos elementos concretos dos fatos que exacerbavam sua gravidade, com destaque para apreensão de significativa quantidade (e variedade) de entorpecente, de alto poder deletério, ainda mais considerado o número de porções individuais (09 porções de maconha, com peso aproximado de 537,38

*gramas e 02 porções de cocaína, com peso bruto aproximado de 39,39 gramas), sendo que o paciente foi surpreendido, por policiais militares, em sua residência, após informado por um transeunte sobre a prática de tráfico no local, sendo ali apreendida grande quantidade de drogas, indicando, pelo existente, **dedicação ao odioso comércio, inclusive por passagens anteriores, pelo mesmo tipo de crime quando adolescente,** destacada, assim, sua periculosidade, daí que necessária e adequada, na espécie, a medida cautelar imposta, nenhuma outra medida, menos rigorosa, surgindo suficiente para tanto."*

Como se vê, a apreensão de expressiva quantidade de drogas em poder do Paciente – 557,47g de maconha e 45,99g de cocaína – impede a verificação, ao menos por ora, do requisito do *fumus boni iuris*. Ademais, as instâncias ordinárias deixaram assentada a circunstância de que o Paciente tem passagens anteriores pelo mesmo tipo de crime, a demonstrar a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, em razão do risco concreto de reiteração delitiva. E havendo fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, por consequência lógica, torna-se incabível sua substituição por medidas cautelares alternativas à prisão, por serem insuficientes.

Assim, o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora